



Estado do Pará  
**Prefeitura Municipal de Monte Alegre**  
Procuradoria Jurídica

PROCESSO LICITATÓRIO POR INEXIGIBILIDADE Nº 013/2019  
PARECER Nº 063/2019  
INTERESSADO: SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
INTERESSADO: PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE  
ASSUNTO: PARECER - PEDIDO DE CONTRATAÇÃO DE MÉDICO PEDIATRA POR INEXIGIBILIDADE

Senhor Prefeito,  
Senhor Secretário.

**RELATÓRIO**

Através do Memorando nº 083/2019 - SESMA, de 29 de março de 2019, suscita o senhor Secretário de Saúde parecer jurídico sobre a possibilidade de Contratação de Médico, da empresa **GISELDA ALESSANDRA FERREIRA ALVARENGA MIRANDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 18.160.872/0001-82, com sua sede sito a Rua Presidente John Kennedy, nº 640, Bairro da Cidade Alta, Monte Alegre-PA, neste ato representada por sua proprietária **GISELDA ALESSANDRA FERREIRA ALVARENGA MIRANDA**, brasileira, casada, Médica, inscrita no CRM nº 7031/PA, portadora do CPF nº 387.704.312-72, residente e domiciliada nesta cidade, no tocante a serviço técnico profissional na Área de Pediatria pelo um período de 12 (doze) meses a contar de 01 de abril de 2019 à 29 de fevereiro de 2020, para exercer as funções no hospital municipal de Monte Alegre e maternidade municipal.

Para suportar seu pedido, o senhor secretário de saúde municipal elenca através de justificativa: " Com a ausência de outro profissional especializado em Pediatria no Hospital Municipal de Saúde de Monte Alegre e Maternidade Elmaza Sadeck, que possa suprir a demanda de usuários deste município, necessitamos em regime de urgência a contratação da especialista a fim de que, posamos proporcionar aos munícipes um atendimento eficaz, humanizado e universal, norteado pelos princípios do SUS, objetivando a manutenção dos setores: Ambulatório, Emergencial e Internação."

Justificou também o preço proposto pelo profissional, de acordo com a sua proposta no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) por dia trabalhado, sendo que dispõem de 20 (vinte) dias por mês, como sendo o valor compatível com o praticado em nossa região.

Juntou em seu memorando as seguintes cópias: Proposta de Prestação de Serviços Médicos; Justificativa



Estado do Pará  
**Prefeitura Municipal de Monte Alegre**  
Procuradoria Jurídica

para a Contratação do Médico; Justificativa em razão do preço; certificado de registro junto a JUCEPA; certificado de regularidade do FGTS; Certidão Negativa de natureza Tributária; Certidão Negativa de natureza não Tributária; certidão negativa de débitos municipais de Monte Alegre; certidão negativa de débitos trabalhistas; Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união; Alvará de funcionamento; Certificado de especialização em Homeopatia; certificado de medicina; Cartão do CRM/PA; documentos pessoais.

É o relatório.

**DO DIREITO**

Senhor Secretário, o parecer jurídico é uma orientação jurídico fundamentada e não a vinculação ou decisão do problema. Todavia, por dever de ofício o procurador deverá analisar a todos os requisitos explícitos e implícitos do procedimento administrativo ora posto à baila para análise.

A contratação de profissional médico Pediatria, para evento certo e determinado, a princípio, não encerra o dever do ente público em realizar, com os requintes de publicidade e saudável competição o certame licitatório, a fim de apurar o melhor preço ou qualquer outro requisito que se entenda necessário ao fim colimado pela licitação. Ainda melhor, o quadro de servidores efetivos da administração deveria contar com profissional deste gabarito, e selecionado mediante concurso público, a fim de suprir a demanda municipal, o que não é o caso, tendo em vista a escassez do profissional no mercado, além do fato de que os médicos regularmente aprovados em concurso foram exonerados, quase todos a pedido ou pediram licença sem vencimento.

Nesse sentido, há nos autos comprovação atestada pela Secretaria de Finanças e Administração do Município, quanto à quantidade escassa de médicos aprovados em concurso público. Não há como deixar de se evidenciar premente necessidade pública, quando a contratação buscada refere-se a atendimento de determinação constitucional, que se materializa no dever do Estado em promover a saúde a seus administrados.

Dessa maneira, diante da necessidade pública, na análise do caso há que se ter em mente, se a invocação do *caput* do artigo 25, da Lei n. 8.666/93 é mesmo presente e capaz de, por si, autorizar a contratação direta, como a pretensão apresentada neste caso.



Estado do Pará  
**Prefeitura Municipal de Monte Alegre**  
Procuradoria Jurídica

É necessário, de outra banda, aclarar o entendimento, com a exploração da fonte do direito pátrio, qual seja, a Constituição Federal. O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, impôs como regra a obrigatoriedade de licitar, *in verbis*:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Nos termos do artigo 3º da Lei n. 8.666/93, Licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra. Porém, como toda regra possui sua exceção, a presente Lei Federal também estabelece diferenciações e hipóteses em que a licitação será inexigível.

Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível; não é obrigatório ou compulsório. Na acuidade de Jessé Torres Pereira Júnior "*licitação inexigível equivale à licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição*". Em regra exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores.

Quando a Administração visa à aquisição de um bem ou a contratação de um determinado serviço, irá pesquisar no mercado empresas que atenderão a sua necessidade. A aquisição de um equipamento, poderá ser feita por meio de fornecedores



Estado do Pará  
**Prefeitura Municipal de Monte Alegre**  
Procuradoria Jurídica

múltiplos que comercializam esse tipo de produto. Fabricantes, distribuidores, revendedores e outros tipos de estabelecimentos comerciais, poderão fornecer à Administração o referido produto, desde que atendidos os pré-requisitos documentais e as especificações do equipamento.

No caso da existência de múltiplos fornecedores, a concorrência obriga a realização do certame para a obtenção da melhor proposta, dentro das regras estabelecidas que guardam a isonomia entre os competidores. A regra, no caso, é licitar, pois a escolha de um determinado fornecedor sem o devido procedimento licitatório, favorecendo apenas um dentre muitos, inexoravelmente, irá quebrar o equilíbrio da competição, ferindo frontalmente o princípio da isonomia.

Entretanto, quando a Administração necessita adquirir um bem ou contratar um determinado serviço, que possui características especiais e especificações ímpares, que apenas um fabricante ou fornecedor possua, torna-se impossível a realização de licitação, pois o universo de competidores se restringe apenas a um único participante. A regra de licitar para se obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de fornecedores, dá lugar à sua exceção de não licitar, pois o objeto assume uma característica de tamanha singularidade que se torna impossível realizar uma competição, em razão de que apenas um fornecedor possui o objeto almejado pela Administração.

Há, contudo, que se comprovar a necessidade da utilização daquele bem ou serviço, sob pena de estar a Administração direcionando a contratação e favorecendo determinado produtor ou fornecedor ou prestador.

Portanto, quando houver inviabilidade de competição, em razão do bem ou serviço possuir singularidade de fornecimento, desde que, devidamente comprovada sua exclusividade, a contratação direta poderá ser efetivada.

A norma de regência no caso em tela é o artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, que tem a seguinte:

*"Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:"*

Além disso, é fato que há imensa rotatividade de profissionais médicos neste Município, que assim



Estado do Pará  
**Prefeitura Municipal de Monte Alegre**  
Procuradoria Jurídica

como os demais municípios vizinhos sofrem com a carência de médicos, que não se interessam pelo concurso público, para o interior de nosso estado. Nesta senda, a proposta mais vantajosa sempre interfere na continuidade da prestação de serviço do profissional médico em determinado lugar, fazendo com que seja necessária a procura de outros profissionais, tornando essa situação um círculo sem fim.

Portanto, a contratação direta efetivada pela Administração Pública, com fundamento no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, caracterizando a Inexigibilidade de Licitação, não se configura como ilícita e, além do mais, aumenta a celeridade do processo de contratação e pode ser concluída com sucesso nos termos e limites da lei desde que obedecidos as determinações e ditames do Estatuto Federal das Licitações.

No caso em apreço, temos que estão obedecidos os requisitos legais, posto ser o serviço técnico, singular e único, considerando-se o Município contratante e sua área de abrangência, além da necessidade pública premente pelo serviço a ser prestado.

#### CONCLUSÃO

Em face ao exposto, por estarem presentes os pressupostos autorizativos para a pretendida contratação direta por inexigibilidade de licitação, e estando consignadas as recomendações que o caso requer, opino favoravelmente ao pleito da área solicitante.

É o parecer.

S.M.J.,  
É o parecer!

Monte Alegre (PA), 01 de abril de 2019.

  
Afonso Cláudio Lins Brasil  
Procurador Jurídico Dec. 227/2017  
OAB/PA nº 10628